

Resistência negra e indígena na Vila da Nova Abrantes do Espírito Santo

Diego de Jesus Copque¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar as singularidades da história das lutas dos negros escravizados no território da Vila da Nova Abrantes do Espírito Santo, antigo e estratégico aldeamento jesuíta denominado do Espírito Santo, localizado entre os rios Joanes e Capivara, próximo a cidade do Salvador. A Vila da Nova Abrantes do Espírito Santo, foi o primeiro aldeamento a se tornar vila indígena na América portuguesa, posteriormente se tornou foco de resistência e de relações étnico-culturais entre índios e negros.

PALAVRAS-CHAVE: Bahia; Vila de Abrantes; Escravidão.

ABREVIATURAS

ACMS – Arquivo da Cúria Metropolitana do Salvador

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BNJR – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

FHC – Family History Center (Centro de História de Família)

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

¹ Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Pesquisador da história de Camaçari e autor do livro em fase de edição *Do Joanes ao Jacuípe*, uma história de muitas querelas, tensões e disputas locais. – e-mail: diegokopke@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No dia 14 de março de 1805, quando a Câmara da Vila da Nova Abrantes do Espírito Santo apresentou uma lista de rendeiros e sítios arrendados em seu território à Câmara da cidade do Salvador, devido solicitação do capitão Manuel Rodrigues Barreto para aproveitamento de suas terras, mais de 100 herdades foram relacionadas. Algumas dessas propriedades deram origem a diversas povoações, a exemplo de Cordoaria, sítio este arrendado ao colono José Feliciano, que pagava anualmente o valor de 14.\$000 por suas terras². É importante registrar que a palavra “cordoaria” significa “local onde se produz cordas”. O nome da localidade tem origem na planta da família *Malvaceae*, *Guazuma*, árvore originária da região amazônica e do Nordeste brasileiro. Duas espécies dessa planta são conhecidas como (mutamba). A *Gazumacrinita* com localização específica no Rio de Janeiro e a *Gazuma ulmifolia*, que é a mais difundida no Brasil³. Essa planta possui nomes vulgares de acordo com cada região do país⁴. Sua utilização na produção de cordas pelos indígenas foi observada no século XVI por Gabriel Soares de Souza na Bahia, sendo àquela altura denominada de árvore de ibira ou embira⁵. A respeito do vegetal, disse Gabriel Soares Souza:

Estas árvores se esfolham e abrem-se à mão, as quaes se fazem em fios muitos compridos, que se fiam como cânhamo, de que se fazem amarras e toda sorte de cordoalha, que é tão forte como de Cairo⁶.

A devida importância dada à planta só ocorreu quando foi despertado o interesse comercial do colonizador no final do século XVIII. No Rio de Janeiro colonial, a mutamba ficou conhecida com a denominação de guaxima⁷, e se

²AHU,CAIXA:143, DOCUMENTO:28593-28599.

³ROCHA, Juliana Cristina Borguezam. *Avaliação da qualidade, estudo químico, histológico e de permeação cutânea de extratos da casca de Guazuma LAM. VAR. tomentella, STERCULIACEA*.2005. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, 2005. p. 24-25.

⁴De acordo com a sacerdotisa do candomblé Maria Stella de Azevedo Santos, conhecida como Mãe Stella de Oxóssi, a árvore da mutamba também é denominada de mutambo. Essa é considerada pelos adeptos de sua religião como uma árvore protetora, pois sua sombra e o fato de ser boa fixadora de nitrogênio ajudam na fertilidade do solo, facilitando o florescimento de outras espécies. Além disso, esse vegetal tem vários usos medicinais, sendo um deles a excelência enquanto antídoto contra envenenamento. A madeira do tronco da mutambo queima-se com rapidez e, por isso, é usada para fazer carvão. A pólvora, uma mistura de nitrato de potássio, carbono (carvão) e enxofre, é muito utilizada em algumas religiões de matriz africana. A tradição oral do povo de candomblé, representada pela nação Ketu, afirma que ela também é a árvore da amizade, pois produz folhas capazes de acabar com as desuniões (SANTOS, Maria Stella de Azevedo; PEIXOTO, Graziela Domini. *O que as folhas cantam*. Salvador: Ossos do Ofício, 2014. p. 197-198).

⁵ Embira: do tupyymbyra; corda de cipó ou de casca de árvore; nome que os caboclos dão a várias árvores de cujas cascas se fazem cordas ou simples amarrilhos. TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*:significados dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traços, 1985. p. 169.

⁶ SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro. Tipografia Laemmert. Tipografia de João Inácio da Silva, 1879. p. 197.

⁷ Guaxima: guaxuma, guaxyma, nome de um pequeno arbusto que fornece fibras têxteis. TIBIRIÇÁ. Op. cit., p. 51.

tornou afamada quando em 1778 o Marquês do Lavradio, Dom Luís de Almeida Mascarenhas, enviou uma carta à rainha Dona Maria I solicitando que fosse concedido o privilégio de monopólio e cultivo da guaxima por um período de 8 a 10 anos ao homem de negócios português de ascendência holandesa, João Whittigam Hopman.

A missiva enviada pelo marquês do Lavradio propunha que João Hopman iniciasse a exploração econômica da árvore na perspectiva de se implantar na colônia uma manufatura de cordas e sacaria. O Marquês do Lavradio destacou que a guaxima era facilmente cultivada e utilizada pelos índios e negros na produção de cordas, e que estas eram mais fortes que qualquer outra. Ressaltava ainda que o incremento da manufatura de cordoaria no Brasil significava uma grande redução nas importações do produto, e isso conseqüentemente traria, além de sua rentabilidade, uma enorme economia para o erário público⁸. Logo, a mutamba passou a figurar na lógica dos colonizadores como uma grande promessa de negócios coloniais.

Devido à grande quantidade de mutamba em Vila de Abrantes e na circunvizinhança das terras do colono José Feliciano e a utilização dessa planta pelos índios e negros na produção de cordas, aquela localidade foi denominada a partir do senso comum de Cordoaria. É importante ressaltar que, até nos dias atuais, prevalecem exemplares da mutamba na região de Cordoaria. No ano de 1811, na cidade do Salvador, foi inaugurada a primeira manufatura de cordoaria na Bahia, que ficava localizada na Cidade Baixa. A fábrica de cordas e sacaria, também denominada de Cordoaria, era propriedade do negociante Antônio Vieira da Costa⁹.

Geograficamente Cordoaria é um povoado circunscrito no distrito de Abrantes no município de Camaçari¹⁰, próximo à Estrada do Coco às margens do Rio do Jacaré, afluente do Rio Joanes. Hoje o Rio do Jacaré é denominado de Rio do Engenho em razão de ter existido em suas imediações o engenho de cana-de-açúcar e a Fazenda Boa União¹¹. A Comunidade de Cordoaria foi reconhecida como remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 20 de janeiro de 2006¹², embora a comunidade ainda não possua o título que lhe confere o direito definitivo à ocupação de suas terras. Esse reconhecimento ressalta a resistência histórica dos povos negros e indígenas ao sistema escravista no Litoral Norte da Bahia. É oportuno registrar que o Litoral Norte foi uma região que abrigou muitos quilombos, a exemplo de

⁸AHU, CAIXA: 105. DOCUMENTO: 8868.

⁹SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Primeira Gazeta da Bahia. Idade d' Ouro do Brasil. 2. Edição Revista e Ampliada. Salvador. EDUFBA, 2005. p. 142-144.

¹⁰O município de Camaçari está localizado no Recôncavo Norte da Bahia e faz parte da Região Metropolitana da Cidade do Salvador.

¹¹Afazenda Boa União estava localizada na margem esquerda do Rio Joanes, a altura da confluência do riacho Jacaré. BENEDETTI, Giuseppe. Frederico. ARQUILLA, Matteo. Na Toca do Jaguar. História da imigração italiana nas colônias agrícolas da Bahia. Tradução de LANDULFO, C.M.C.L.S. Viterbo: EdizioniSetteCittà, 2015. p. 12.

¹²BRASIL. Portaria No-2, de 17 DE JANEIRO DE 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jan, 2006. Seção 1, p. 17.

Quilombo do Cardoso, Açú da Capivara, Tabuleiro do Simeão, Vargem de Baixo, Machadinho, Zumbi dos Palmares no distrito de Monte Gordo, Barreiro, Tapera e Pau Grande, situados na região de Mata de São João, entre outros.

Quilombo, como sabemos, era o local onde os escravos fugidos se refugiavam na perspectiva de impedir a sua recaptura e regresso à condição de cativo. Esses esconderijos, também denominados de mocambos, eram estabelecidos em locais de difícil acesso, como matas e montanhas próximas às estradas, o que facilitava aos quilombolas surpreender os viajantes e lhes saquear mantimentos e mercadorias. Próximos ao quilombo da Cordoaria ficavam as estradas reais da Torre do Caminho para Pernambuco à beira-mar e, mais adiante, à Estrada Real das Boiadas.

É importante registrar que, através da obra de Darcy Ribeiro, temos uma noção de como se dava o processo de sequestro dos povos negros no continente africano e sua resistência no Brasil.

Apresado aos quinze anos em sua terra, como se fosse uma caça apanhada numa armadilha, ele era arrastado pelo pombeiro-mercador africano de escravos – para a praia, onde seria resgatado em troca de tabaco, aguardente e bugigangas. Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxada até o porto tumbeiro. Metido no navio, era deitado no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda. Escapando vivo à travessia, caía no outro mercado, no lado de cá, onde era examinado como um cavalo magro. Avaliado pelos dentes, pela grossura dos tornozelos e dos punhos, era arrematado. Outro comboio, agora de correntes, o levava às terras adentro, ao senhor das minas ou dos açucares, para viver o destino que lhe havia prescrito a civilização: trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias do ano. No domingo, podia cultivar uma rocinha, devorar faminto a perca e porca ração de bicho com que restaurava sua capacidade de trabalhar no dia seguinte até a exaustão. Sem amor de ninguém, sem família, sem sexo que não fosse a masturbação, sem nenhuma identificação possível com ninguém – seu capataz podia ser um negro, seus companheiros de infortúnio, inimigos-maltrapilho e sujo, feio e fedido, perebento e enfermo, sem qualquer gozo ou orgulho do corpo, vivia a sua rotina. Esta era sofrer todo o dia o castigo diário das chicotadas soltas, para trabalhar atento e tenso. Semanalmente vinha um castigo exemplar, na forma de mutilações de dedos, do furo de seios, de queimaduras de tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites no pelourinho, sob trezentas chicotadas diárias, para sobreviver. Se fugia e era apanhado, podia ser marcado com ferro em brasa, tendo um dedão cortado, viver peado com uma bola de ferro, ser queimado vivo, em dias de agonia, na boca da fornalha, ou de uma vez só, jogado nela para arder como um graveto oleoso. Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. (RIBEIRO, 1995, p. 119-120)¹³.

¹³RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p.119-120.

Por mais de três séculos esses povos sofreram as agruras da escravidão e se mantiveram firmes na resistência. No que se refere à classificação dos povos africanos todos eles foram inicialmente denominados como "negros da Guiné". No entanto, como exemplo de diversidade étnica o historiador José D'Assunção Barros¹⁴, lembra que existiam ao menos 20 etnias africanas na colônia francesa da América Central denominada de São Domingos, ao referenciar Ceggus:

(...) também não faltarão tentativas de relacionar etnias específicas às aptidões para certos tipos de trabalho. David Geggus (1993), em seu estudo sobre o escravismo em São Domingos, assinala que os fazendeiros franceses daquela colônia reconheciam pelo menos vinte povos africanos distintos, e que procuravam acomodar a diversidade negra assim percebida ou construída de modo a destinar a cada uma destas etnias trabalhos que incluíam diferenças significativas, de acordo com o que percebiam ou imaginavam ser a aptidão de cada povo africano mais específico. (BARROS, apud. GEGGUS, 2019, p. 78).

A diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural no continente africano é algo tão distinto e intrigante que, em 1841, o historiador português Diogo Köpke publicou um manuscrito do capitão cabo-verdiano André Álvares D' Almada redigido em 1594. Esse documento histórico e antropológico nos informa que na costa atlântica da África Ocidental na Guiné, antigo território do Império Songai, havia uma nação de judeus negros que eram denominados pelos ingleses de Juddies¹⁵ e pelos povos Jalofos e Fulos de Griots.

¹⁴BARROS, José D'Assunção. A construção social da cor. Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. 4. Reimpressão. Petrópolis. Vozes, 2019.

¹⁵ Judeu é aquele que segue a religião judaica. FERREIRA. Op. cit., p. 440. Judaísmo é o nome da religião dos judeus. A palavra judeu não é de origem hebraica ou da família das línguas afro-asiáticas, mas de origem inglesa. O movimento político idealizado pelo jornalista e escritor judeu asquenazi, o austro-húngaro Theodor Herz, foi o responsável pela criação do Estado de Israel em 14 de maio de 1948. Esse movimento teve início em 1897, foi denominado de Sionismo e defendia a tese do direito dos judeus de instalar sua pátria na região denominada pela Bíblia de "Terra de Israel", segundo Herz, em razão de ser Israel a terra de seus ancestrais. É importante registrar que religião não tem nenhuma relação com origem étnica e que existem povos de origens distintas que professam a fé no judaísmo. Segundo o jornal O Paiz, publicado em 1926, historiadores russos haviam revelado ter descoberto que os judeus da Polônia e da Rússia não eram originários da Palestina, e sim descendentes dos Khazares. O jornal A Noite, por sua vez, em 1948 com o título "Os sionistas enganam o mundo" declarava que historiadores, etnólogos, antropólogos, filologistas e cartógrafos do mundo inteiro atestavam que os judeus do Leste europeu seriam descendentes do Khazares da Crimeia. Cf. BNRJ, jornal O Paiz, Rio de Janeiro, n.15.124, 1926, p. 1. BNRJ, jornal A Noite, Rio de Janeiro, n.12.850, 1948, p. 10. Dentro da perspectiva da narrativa bíblica, os judeus asquenazi não é um povo de origem semita, uma vez que os povos semitas descendem de Sem, um dos filhos de Noé, sendo os judeus asquenazi descendentes de Jafé, pai de Gomer e avô de Asquenaz, do qual se originou o termo judeu asquenazi. Cf. Gênesis. 10. 2-5. É importante registrar que não estamos nos referindo à classificação linguística que envolve as línguas afro-asiáticas, mas aos aspectos étnicos dos judeus asquenazi. De acordo com o escritor judeu asquenazi Arthur Koestler, os asquenazis não são descendentes étnicos do povo hebreu oriundo das 12 tribos de Israel. Ainda conforme Koestler, os judeus são descendentes dos Khazares oriundos do reino da Khazaria que, no ano de 740, se converteram ao judaísmo. Cf. KOESTLER, Arthur. Os Khazares. A 13ª Tribo e as Origens do Judaísmo Moderno. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2005. p. 63-88 e p.179-195. Por outro lado, existe um povo reconhecido como descendente dos hebreus israelitas que são os hebreus sefardim que viviam desde a Antiguidade na Península Ibérica quando foram expulsos da Espanha em 31 de março de 1492. No continente africano, existem outros grupos étnicos reconhecidos como descendentes das tribos hebraicas que são denominados de Falashas, B'nei Ephraim e Lemba, este último um povo que vive na parte Sul da África ao Sul do Rio Limpopo, cujos ancestrais, de acordo com a tradição oral, foram hebreus estabelecidos na África Oriental. Através de pesquisas genéticas realizadas em 1997, foi possível ser

Há em toda esta terra dos Jalofos, Barbacins e Mandingas uma nação de negros tida e havida entre eles por judeus; não sei donde procederam; é gente formosa, principalmente as mulheres; os homens são abastados de narizes. Importunos no pedir, andam de reino em reino com suas mulheres, como cá os ciganos. Servem todos os ofícios mecânicos que se usam entre eles, a saber: tecelões, sapateiros, ferreiros. Servem de atambores para as suas guerras, cantando e animando os que pelejam, trazendo-lhes à memória os feitos dos antepassados. (D ALMADA, 1841, p. 22-23).¹⁶

Quando um povo é desterrado e disperso entre outras nações, esse povo perde sua identidade. A respeito da perda da identidade étnica dos povos africanos nas Américas e especificamente no Brasil, Assunção Barros diz:

Os filhos de escravos, ao longo de um lento processo que se arrasta por três séculos, verão gradualmente se perder no horizonte a noção de que são jejes, ambacas, quisamas, rebolos, mbundas, mbwelas, tekes, nsundis, ou tantas outras etnias que poderiam ter sido afirmadas como diferenças culturais. Esse esquecimento étnico ocorre com tanto mais força quanto se afirma a emergência de uma nova dicotomia, entre outras: aquela que opõe africanos e crioulos, estes últimos constituindo o grupo de negros nascidos já na colônia. (BARROS, 2019, p. 91).

A África é um continente¹⁷. Os povos africanos no século XVI se reconheciam como grupos étnicos diferentes e não como negros. Assunção Barros afirma ainda que "na verdade nenhum outro continente abrange uma diversidade análoga à da África"¹⁸, acrescentando que um quarto das atuais línguas em uso no planeta concentra-se no continente africano. Quando

comprovado que o povo Lemba descende de um grupo de hebreus israelitas que migraram para o continente africano. O historiador judeu asquenazi Schlomo Sand, em seu livro *A Invenção do Povo Judeu*, 2011, retoma a hipótese de Koestler quando afirma que os judeus asquenazi são descendentes dos Khazares que, na Idade Média, se converteram ao judaísmo. No campo da genética, o geneticista judeu israelense, Eran Elhaik, publicou muitos artigos baseados em pesquisas genéticas que analisam a ascendência dos judeus asquenazi, e os resultados de sua pesquisa corroboram a hipótese de Arthur Koestler e Schlomo Sand. Elhaik também sustenta a tese de que os judeus asquenazi são descendentes dos Khazares. A África foi o berço da humanidade, Israel estava localizada na encruzilhada do mundo, e os estudiosos a denominam de Afro - Ásia por essa razão. No meado do século XV, a Igreja Católica legitimou a escravização dos povos pagãos e africanos. No Brasil, o discurso de legitimação teológica da escravidão utilizou como justificativa a narrativa bíblica da maldição de Cam, quando o patriarca Noé amaldiçoou seu neto Canaã por Cam ter visto a sua nudez, conforme Gênesis 9. 20-27. Após 131 anos de abolição, é preciso que os teólogos católicos e evangélicos revejam esse tipo de abordagem e aprendam a não subestimar e sim valorizar a presença da África e dos povos africanos no universo bíblico do Velho e do Novo Testamento. A exemplo da presença no livro sagrado dos povos camitas, egípcios, etíopes, líbios, cirineuse núbios. Atualmente, a região onde estava situada a Núbia é partilhada pelo Egito e pelo Sudão.

¹⁶D'ALMADA, André Álvares. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde*: desde o rio de Sanagá até aos baixos de Sant'Anna (1594). Introdução (p.I-XVI) e edição de Diogo Köpke. Porto: TypographiaCommercial Portuense, 1841. p.22-23. Disponível em: <<https://archive.org/detail/trtadobrevados00kpgooq>>. Acesso em: 15 jan.2018.

¹⁷ A idéia da África como continente foi uma construção da Europa. As regiões da África eram pressentidas pelos povos que as habitavam como regiões geográficas e culturais bem diferenciadas, e quem enquadrou seus povos a partir de uma identidade étnica continental foram os europeus. A concepção da África como continente é uma construção histórica do homem europeu. Cf. Barros, José D'Assunção. Op. Cit., p. 40.

¹⁸ Barros, José D' Assunção. Op.Cit.,p.55.

ocorreu a invasão dos europeus o continente abrigava cinco das seis divisões da humanidade.

É importante registrar que na Bahia, a partir do tráfico intercontinental de africanos, a presença predominante foi a dos povos sudaneses da África Ocidental, do Sudão egípcio e da costa setentrional do Golfo da Guiné.

A elaboração da qualificação racial que rotula de forma abrangente os descendentes de africanos como "negros" e afrodescendentes foi gestada a partir do escravismo colonial, sendo nesse contexto utilizada para a desconstrução de suas identidades étnicas, religiosas e culturais, a fim de legitimar a escravidão a partir da cor da pele.

A resistência negra em Vila de Abrantes é marcada ao menos por três importantes episódios; dois foram objetos de investigação do conceituado historiador Dr. João José Reis.

Conforme Reis, na madrugada de 28 de fevereiro de 1814 nasce uma revolta previamente planejada, que envolvia aproximadamente 200 escravos muçulmanos de origem haussá¹⁹. Escravos da cidade do Salvador e do Litoral Norte se unem e atacam a armação de pesca da baleia de Manoel Ignácio da Cunha em Itapoan e seguem pelas margens do Rio Joanes, incendiando tudo o que encontravam pelo caminho. O saldo dessa ação foi a destruição de oitenta casas de morada, roças, plantações, e até mesmo um entreposto que servia como depósito de material utilizado no fabrico de cordas, como cordoaria, massame, linhos e outros importantes utensílios, o que nos faz acreditar que este material era oriundo do Sítio de Cordoaria.

No percurso do Rio Joanes, os rebeldes foram interceptados pela milícia da Casa da Torre e por moradores da Vila de Abrantes comandados pelo major Manoel Rocha Lima. Logo que se encontraram houve um renhido combate. Os revoltosos estavam em grande desvantagem, uma vez que portavam poucas armas de fogo e, em sua maioria, carregavam apenas armas brancas, como flechas, machados, lanças, facas e cutelos. Por outro lado, os milicianos da Casa da Torre portavam armas de fogo e souberam utilizar a seu favor sua superioridade bélica. Nesse conflito foram contabilizados cinquenta negros mortos. Esse episódio ficou conhecido como Batalha do Rio Joanes.

A segunda revolta ocorreu a partir da fuga de escravos de Nazaré das Farinhas em 26 de dezembro de 1808. No dia 4 de janeiro de 1809, escravos haussás foram também responsáveis pela fuga em massa de cativos da cidade do Salvador e de várias plantações do Recôncavo da Bahia. Segundo Santos Titara, a rebelião escrava foi derrotada às margens do Rio da Prata, localizado no hoje bairro do Parque Verde, em Camaçari.²⁰

Segundo Santos Titara,

¹⁹REIS, João José. Há duzentos anos. A revolta escrava de 1814 na Bahia. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 68-115, jan./jun. 2014. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em: 14 de abril de 2018.

²⁰COPQUE, Diego de Jesus. 210 anos de conflitos e resistência negra no território de Camaçari. Disponível em: < https://www.camacarinoticias.com.br/artigos/39,210-anos-de-conflitos-e-resistencia-negra-no-territorio-de-camacari.html >. Acesso em: 01 set. 2019

O riacho da Prata, em cujas bordas teve lugar em janeiro de 1809, o renhido combate dos Ussás, ahi completamente desbaratados pelo valoroso Cabo de Policia Bernardo Francisco de Siqueira, que à frente de 80 homens da Torre, marchou do lugar da Feira, a attacal-osalli, onde soube, que estavam acampados. (TITARA, 1835, p. 26)²¹.

Diz Pierre Verger a respeito:

Contaram-se vários mortos; os escravos revoltados não queriam se render e o Conde da Ponte tinha dado a ordem de atirar sobre todos aqueles que resistissem. Oitenta e nove prisioneiros foram reconduzidos em 6 de janeiro. Alguns dias depois, vinte e três outros foram enviados da região de Nazaré; todos foram condenados a trabalhar, acorrentados no serviço de transporte de entulhos e de terra para fazer o aterro da futura praça do teatro. (VERGER, 1987, p. 333).²²

De acordo com João José Reis,

A 31 de janeiro, o juiz de direito, Joaquim Inácio da Costa, ordenou que os escravos vivendo longe dos senhores no ganho retornassem às suas casas em 24 horas sob pena de serem presos e açoitados. Os donos de casas e hospedarias que alugassem quartos a escravos seriam multados em 6 mil réis por cada inquilino ilegal. Foi estabelecido um toque de recolher para escravos circulando nas ruas sem passes assinados pelos senhores. Os batuques e danças, feitos de dia ou de noite, foram terminantemente proibidos. Finalmente, o juiz pediu autorização para que seus agentes atirassem para matar contra qualquer escravo suspeito que resistisse à ordem de prisão. (REIS, 1992, p. 104).²³

A terceira revolta ocorreu no ano de 1827, e desta insurreição se originou um quilombo. João José Reis declara que foram poucas as informações a respeito desse quilombo, e por esta razão desconhecia seu nome. Ainda conforme João José Reis,

Em 1827, pelo menos três revoltas escravas tiveram lugar: uma em Cachoeira, a 22 de março; uma em São Francisco do Conde em abril; e outra em Abrantes. Esta última tem sido descrita como uma série de ataques relâmpagos e roubos levados a cabo por quilombolas. (REIS, 1992, p. 113).²⁴

Com base nos estudos desse historiador, podemos inferir que o quilombo criado a partir de 1827, foi o quilombo de Cordoaria²⁵. Até porque, no processo de transição de aldeamento do Espírito Santo para Vila da Nova

²¹TITARA, Ladislau dos Santos. Paraguassu [Primeira parte do poema]. In:_____. *Obras poéticas*.Bahia:Typ. do Diário de G. J. Bizerra e Companhia, 1835. Tomo IV, p.26.

²²VERGER, Pierre, Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, Séculos XVII a XIX. p. 333.

²³REIS, João José. Recôncavo Rebelde, Revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, n. 15, 1992.

²⁴ REIS, João José. Recôncavo Rebelde, revoltas escravas nos engenhos baianos. Op. cit.

²⁵ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês 1835*, São Paulo. Editora Brasiliense, 1986. p. 77.

Abrantes e medição de suas terras, não foi mencionada a presença de nenhum mocambo no Sítio de Cordoaria.²⁶

Era muito comum que os quilombos abrigassem índios, assim como os indígenas incorporavam pessoas de ascendência africana em suas comunidades²⁷. A solidariedade e a miscigenação biológica e cultural entre índios e negros sempre ocorreram, e durante muito tempo fez parte das estratégias de resistência destes povos, apesar de a historiografia oficial ter ignorado por muito tempo esse aspecto de nossa história colonial.

Neste sentido,

O primeiro quilombo a ser atacado foi o de Açu da Capivara por sua proximidade à Vila de Abrantes. Durante mais de um mês esse quilombo foi atacado sem trégua. Os quilombolas fugiram mais para o interior e se refugiaram com a ajuda de índios rebeldes, atacaram após quinze dias um posto avançado de guarda, próximo à vila, roubando armas, munições e alimentos. (BOCHECHA apud. DINIZ, 2007, p. 49)²⁸.

Schwartz ressalta:

Paradoxalmente, há também muitas menções à incorporação de escravos africanos e afro-brasileiros a aldeias indígenas e a índios residentes em comunidades de fugitivos. As autoridades portuguesas temiam a natureza destruidora e perigosa de tais contatos. Em 1706, a Coroa ordenou que se impedisse a penetração de negros, mestiços e escravos no interior, onde poderiam juntar-se a grupos indígenas hostis. Apesar dessas medidas, era comum a cooperação entre africanos e índios contra europeus, tanto no Brasil português quanto no holandês. (SCHWARTZ, 2001, p. 232).²⁹

De acordo com Gilberto Freyre,

Por onde se vê que até mesmo onde se supõe conservar-se mais puro o sangue ameríndio ou híbrido de português com índio chegou o africano: ao coração mesmo da Amazônia, à serra do Norte e aos sertões. A suposta imunidade absoluta do sertanejo do sangue ou da influência africana não resiste a exame demorado. Se são numerosos os brancos puros em certas zonas sertanejas, em outras se fazem notar resíduos africanos. Um estudo interessantíssimo a fazer seria a localização de redutos de antigos escravos que teriam borrado de preto, hoje empalidecido, muita região central do Brasil. Essas concentrações de negros puros correspondem necessariamente a manchas negroides no seio de populações afastadas dos centros de escravaria. Escasseavam entre escravos fugidos as mulheres de sua cor, recorrendo eles, para suprir a falta, "ao rapto das índias" ou

²⁶ AHU. CAIXA: 139, DOCUMENTO: 10701.

²⁷ No dia 17 de fevereiro de 1800 foi celebrado na matriz do Divino Espírito Santo de Abrantes o matrimônio do índio Vitório da Costa com Joana de nação Angola. ACMS, FHC. Livro de casamentos da freguesia de Mata de São João, 1799-1836. p. 11v. Este casamento foi uma das poucas exceções que ocorreram. Normalmente, os pobres não tinham condições de arcar com os custos de um casamento religioso.

²⁸ Diniz, Edite Luiz. Tapera, **Pau Grande e Barreiro. Uma geohistória de resistência de comunidades tradicionais no Litoral Norte da Bahia**. 2007.168 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. Curso de Pós-Graduação em Geografia, Salvador, Bahia. 2007.

²⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP. Edusc, 2001.

caboclas de povoados e aldeamentos próximos: teriam assim espalhado o seu sangue por muita zona considerada depois virgem de influência negra. Aliás os movimentos, sertões adentro ou rio Amazonas acima, de negros fugidos, representam quase arrojo igual ao dos bandeirantes paulistas ou dos povoadores cearenses. (FREYRE, 2011, p. 108-109)³⁰.

Apesar de as referências acima ratificarem a solidariedade e a miscigenação étnica entre indígenas e negros, houve momentos em que os índios foram arregimentados pelos colonizadores para participarem de ataques a negros aquilombados.

Assim afirma Schwartz,

Era freqüente o emprego bem-sucedido de soldados, índios clandestinos, comandados por oficiais portugueses ou capitães, contra mocambos, por todo Brasil, na época colonial. (SCHWARTZ, 2001, p. 232).

Dessa forma podemos depreender que especificamente a sobrevivência do quilombo de Cordoaria ante o sistema escravista não seria possível sem a cumplicidade dos índios da Vila de Abrantes que tão bem conheciam as paragens daquela região.

O PROCESSO ABOLICIONISTA E SEUS REFLEXOS

O processo de abolição da escravidão no Brasil foi lento e gradual. Em 1826 foi firmado um acordo entre o Brasil e a Inglaterra na perspectiva de extinguir o tráfico negreiro em três anos. A partir desse acordo foram promulgadas leis que não surtiram resultado. Em 1871 foi decretada a Lei do Ventre Livre que deu origem ao Fundo de Emancipação de Escravos, cujo fundo era destinado à libertação dos escravos. Essa lei estabeleceu a matrícula geral de escravos e a criação de juntas municipais de libertação. Após matrícula e classificação dos cativos, os recursos arrecadados eram destinados à indenização dos proprietários de escravos libertados.

Em 1872 foi realizado o recenseamento demográfico do Brasil. Através desse censo constatamos que Vila de Abrantes estava classificada na décima posição em número de escravos na Província da Bahia³¹. A Vila de Abrantes contabilizou um total de 13.466 habitantes com 2.909 brancos, a população negra e parda livre era de 2.388 habitantes, a de caboclos 2.198 e a de escravos 5.791. A cidade do Salvador com todas as suas freguesias concentrava 16.468 escravos e Vila de Abrantes com apenas três freguesias possuía um número superior a um terço dos escravos da capital, o que nos revela que Vila de Abrantes, além de ser uma área de grande importância para a agricultura, era também um significativo reduto escravista. Vale ressaltar que

³⁰ FREYRE, FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51.ed. 5. reimpr. São Paulo. Global, 2011. p.108-109.

³¹Os primeiros classificados foram Valença com 27.117 escravos, Cachoeira com 19.764 em terceiro lugar Salvador com 16.468 cativos. A população livre em Salvador era de 112.641 almas. Em 1872 a população da capital era de 129.089 habitantes. Totalizando, 108.374 brancos, 58.433 pardos ou mulatos, 29.284 negros e 2998 caboclos.

nessa época as freguesias que compunham Vila de Abrantes eram Abrantes, São Bento do Monte Gordo e São Pedro do Açú da Torre, que era a maior paróquia em número de população livre e escrava³².

Em 1879 foram qualificados 12 escravos em Vila de Abrantes para serem libertados pelo fundo de emancipação³³. Todos os 12 cativos eram casados, destes, cinco escravos homens e uma mulher eram casados com pessoas livres.

Em 1885 foi promulgada a Lei dos Sexagenários e no dia 13 de maio de 1888, como sabemos, a Lei Áurea, que, apesar de extinguir a escravidão, no Brasil, não criou mecanismos de integração do negro à sociedade brasileira. O Brasil foi o último país das Américas que aboliu a escravidão³⁴. Um ano após a abolição, um relatório do governo da província nos informa:

A agricultura acha-se em um estado desanimador na província, não tanto por efeito da extinção do elemento servil, como principalmente por causa da seca intensa que tem ultimamente flagellado grande parte do império³⁵.

Por essa razão, a Câmara Municipal de Abrantes recorreu ao governo da província da Bahia, no dia 24 de maio de 1889, pedindo socorro ao governador por causa do grave estado de calamidade em que se encontrava o município de Abrantes, principalmente o povoado de Camassary. Todo esse flagelo era reflexo da grave seca de 1888 e 1889, que grassou em boa parte da região Nordeste e ficou conhecida como a “seca dos três oitos”.

Esta camara compenetrada de seu rigoroso dever, vem com o maior acatamento levar ao alto conhecimento e consideração de V. Excia. o estado de penuria em que se achão à maior parte dos habitantes d'este municipio, que outrora se vião na fartura e abundancia com produtos da lavoura, resultante do honesto trabalho em terrenos uberrimos, que a natureza concedeoà seus habitantes. Más Exm. Senhor, a grande sêca com que a providência divina nos tem castigado, tem reduzido a lavoura em completo desanimo, causando fome e nudez às classes mais disfavorecidas da fortuna, luctando todos, sem recursos com os elevados preços e carrestia de todos os generos de primeira necessidade. Assim, Exm. Senhor, já se vêem pessoas acompanhadas de suas familias, em triste estado esmolando a caridade publica, bem como em Camassary e outros lugares.³⁶

Após o fim do cativeiro, os ex-escravos foram jogados à própria sorte. Logo foram buscar moradia em regiões afastadas do centro das cidades; assim ocorreu na povoação de Camassary, entre outras localidades. Nessa situação,

³²INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). RECENSEAMENTO do Brazil em 1872: Bahia. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzingner, 1872. p. 55- 63; 508-510.

³³ APEB, Seção Colonial e Provincial. Maço 1238, 1879.

³⁴A escravidão foi abolida na Áustria e suas possessões no ano de 1782; na França e suas possessões, em 1794; na Bolívia, em 1826; no Peru, em 1827; no México, em 1828; na Inglaterra e suas colônias, em 1833; nas Índias Orientais, em 1838; na Nova Granada, em 1849; na Venezuela em 1853; nos EstadosUnido, sem 1873; na Ilha de Cuba, em 1886 (Cf. BNRJ. *Almanach Litterario e de indicações para o anno de 1889*, Bahia, n. 003, 1889. p. 115).

³⁵BNRJ, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo, Bahia, n.1, 1889, p. 156.

³⁶APEB, Seção Colonial e Provincial. Maço 1238, 1889.

a maior parte das pessoas que estavam a pedir esmolas no município de Abrantes era proveniente do regime de escravidão, pois não podemos esquecer que o censo de 1872 nos revelou que quase metade da população de Vila de Abrantes era de escravos.

A partir da abolição, o cultivo de cana-de-açúcar entra em declínio em Abrantes, culminando no desaparecimento dos grandes engenhos de cana-de-açúcar. Em 1893 a vila encontrava-se em estado de decadência com a igreja matriz em ruínas e seus habitantes se empregavam no fabrico de carvão de madeira em razão do abandono que se encontrava a agricultura. Aqueles que não estavam empregados nas carvoarias se dedicavam à atividade pesqueira, ao fabrico de rapaduras, ao cultivo da pimenta-malagueta, cebola, azeite de dendê e azeite de coco, pois se registra que em Vila de Abrantes havia fazendas de coco com até dez mil coqueiros³⁷.

Outro desdobramento relacionado à resistência pós abolição, que vale salientar, é o rol de conflitos e negociações na transformação do escravo em proletário, uma vez que a liberdade do dia 13 de maio não dava aos negros e mestiços a garantia do direito à igualdade e cidadania. De acordo com a historiadora lacy Mata³⁸, na Vila de Abrantes e em outras regiões, logo após a abolição, foram realizados acordos entre libertos e ex-senhores para se extinguir os castigos corporais, pois os negros se negavam a trabalhar nos moldes do regime da escravidão. Uma outra importante mudança foi que em Abrantes os libertos conseguiram pactuar, como condição essencial para o trabalho, o pagamento de sua remuneração, mas apesar dessas vitórias se manteve os resquícios da escravidão.

No início do século XX, em seu livro de memórias intitulado *Minha formação*, o político e abolicionista brasileiro Joaquim Nabuco, em tom profético, afirma: "A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil"³⁹.

Os remanescentes das comunidades quilombolas e os direitos dos povos indígenas foram reconhecidos e garantidos através da Constituição de 1988. O Artigo 68 da Carta Magna assegura às comunidades de quilombo a regularização fundiária das áreas em que vivem.

A partir do Decreto nº 4.887/2003 foi regulamentado o procedimento da demarcação de terras quilombolas e seus remanescentes. De acordo com o decreto de 2003, as comunidades quilombolas, após atenderem aos critérios de autoatribuição, são reconhecidas, certificadas e seus territórios demarcados, deixando de pertencer a uma pessoa física e passando a ser propriedade da coletividade, sendo desde então representadas pela entidade jurídica de uma

³⁷ Cf. VIANNA, Francisco Vicente, Memória sobre o Estado da Bahia, Bahia. Typ. e Enc. do Diario da Bahia, 1893, p. 474.

³⁸MATA, lacy Maia. **Os treze de maio. Ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição(1888-1889)**. 2002. 126 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2002. p. 20.

³⁹NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília. Senado Federal, Secretaria Especial de Educação e Publicação. 1998. p. 183. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1019>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Associação de Moradores, que atua na perspectiva de garantir a posse de suas terras e sua autossustentabilidade.

A Cordoaria mantém viva a tradição ancestral da casa de farinha, que, desde os tempos remotos, funciona à base de tecnologia artesanal. Além da Associação de Moradores, sua população é representada pelo Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria (GAAQC). Esse grupo é responsável pelo turismo étnico que contribui para a subsistência da coletividade. Dentro desse contexto, ainda há muito a fazer, pois a comunidade quilombola de Cordoaria aguarda a certificação e demarcação de suas terras.

FONTES E REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB)

APEB, Seção Colonial e Provincial. Maço 1238, 1879 -1889.

Projeto de Documentação Histórica Resgate Barão do Rio Branco, acervo documental do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, referente à Capitania da Bahia, e outras capitanias. Coleção Eduardo de Castro e Almeida e Bahia Avulsos. Em CD ROM.

AHU_ ACL_ CU_ 005, Caixa: 143 Documento Número: 28593-28599

Requerimento do capitão Manuel Rodrigues Barreto, em que pede o aforamento de 600 braças de terras, na margem do rio Joanes. Provisão do Conselho Ultramarino pela qual ordenou que o Governador da Bahia informasse com seu parecer a petição antecedente. Informações do Governador da Bahia, do Ouvidor e da Câmara da Vila dos índios de Abrantes, desfavoráveis à pretensão de Manuel Rodrigues Barreto. Lista dos rendeiros da Câmara da Vila de Abrantes, com designação dos seus nomes, residências e respectivas rendas.

AHU_ ACL_ CU_ 005, Caixa: 105 Documento Número: 8868

Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil, marquês do Lavradio, D. Luis de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo para exame alguns exemplares da planta guaxima, que tem sido tratada como linho; apresentando proposta do holandês João Hopman, homem de negócios estabelecido no Rio de Janeiro, para estabelecer uma plantação e venda desse produto nas terras que possui juntamente com o cultivo de café; reafirmando a importância das atividades que ocupam e sustentam a população daquela capitania, evitando-se a sua dispersão por actividades menos dignas como a prostituição; propondo a criação de casas de correição para homens e mulheres, separadamente. Anexo: ofício, cx. 115, doc. 4.

AHU_ ACL_ CU_ 005, Caixa: 139, Documento Número: 10701

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Jose relatando suas atividades e execuções desde a primeira sessão do tribunal em 13 de setembro até o momento. Anexo 50 doc. e 2 via (1758).

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Almanach Litterario e de indicações para o anno de 1889, Bahia, n. 003, 1889.

A noite, Rio de Janeiro, n.12.850, 1948.

O paiz, Rio de Janeiro, n.15.124, 1926.

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo, Bahia, n.1, 1889.

Laboratório de Conservação e Restauro Eugenio Veiga, (LEV) Universidade Católica do Salvador, entidade detentora do acervo da Cúria Metropolitana do Salvador.

ACMS, FHC. **Livro de casamentos da freguesia de Mata de São João, 1799-1836.**

COPQUE, Diego de Jesus. **210 anos de conflitos e resistência negra no território de Camaçari.** Disponível em: < <https://www.camacarinoicias.com.br/artigos/39,210-anos-de-conflitos-e-resistencia-negra-no-territorio-de-camacari.html>>. Acesso em: 01 set. 2019.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor. Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira.** 4. Reimpressão. Petrópolis. Vozes, 2019.

BENEDINI, Giusepe. Frederico; ARQUILLA, Matteo. **Na Toca do Jaguar: história da imigração italiana nas colônias agrícolas da Bahia.** Tradução C.M.C.L.S. Landulfo.. Viterbo, Italia: EdizioniSetteCittà, 2015.

BRASIL. Portaria Nº2, de 17 de janeiro de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jan. 2006. Seção 1, p. 17.

DINIZ, Edite Luiz. **Tapera, Pau Grande e Barreiro: uma geohistória de resistência de comunidades tradicionais, no Litoral Norte da Bahia.** 2007. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar:** o minidicionário da língua portuguesa. 5. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51.edição. 5. Reimpressão. São Paulo. Global, 2011.

MATA, Iacy Maia. **Os treze de maio: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889).** 2002. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. p. 20.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação.** Brasília. Senado Federal, Secretaria Especial de Educação e Publicação. 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1019>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

KOESTLER, Arthur. **Os khazares: a 13ª tribo e as origens do judaísmo moderno.** Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2005.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872: Bahia. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzingner, 1872.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês 1835**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José. **Recôncavo rebelde, revoltas escravas nos engenhos baianos**. *Afro-Ásia*, n. 15, p.100-126, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. 3. Ed. 2. Reimpressão. Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Juliana Cristina Borguezam. **Avaliação da qualidade, estudo químico, histológico e de permeação cutânea de extratos da casca de Guazuma LAM. VAR. tomentella, STERCULIACEA**. 2005. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, 2005. p. 24-25.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo; PEIXOTO, Graziela Domini. **O que as folhas cantam**. Salvador: Ossos do Ofício, 2014. p. 197-198).

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835**. 1 Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d' Ouro do Brazil**. 2. ed. rev. e ampl.. Salvador. EDUFBA, 2005. p. 142-144.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro. Tipografia Laemmert. Tipografia de João Inácio da Silva, 1879.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significados dos nomes geográficos de origem tupi**. São Paulo, Traços, 1985.

TITARA, Ladislau dos Santos. Paraguassu [Primeira parte do poema]. In: _____. *Obras poéticas*. Bahia: Typ. do Diário de G. J. Bizerra e Companhia, 1835.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Bahia: Typ. e Enc. do Diário da Bahia, 1893.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, séculos XVII a XIX** 3.ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 333.